

Finanças & Controle

UNACON
Sindical

SINDICATO NACIONAL DOS
AUDITORES E TÉCNICOS FEDERAIS
DE FINANÇAS E CONTROLE

Circulação
Nacional
2018,
edição XXV,
jan-fev-mar

REFORMA DA PREVIDÊNCIA

Carreiras de Estado trabalham para alterar o roteiro escrito pelo governo para o Serviço Público no país, da mesma forma como enfrentaram a PEC 287/2016, que se mantém no topo da preocupação dos servidores



GESTÃO INTERATIVA

Primeiro trimestre da nova gestão é marcado por importantes avanços

MARKT CLUB

Nova carteira de convênios tem cobertura nacional e internacional

DECISÃO JUDICIAL

Sindicato obtém suspensão da cobrança do "auxílio-creche"

Diretoria Executiva Nacional

Rudinei Marques

Presidente

Daniel Lara

Vice-Presidente

Bráulio Cerqueira

Secretário Executivo

Arivaldo Sampaio

Diretor de Finanças

Roberto Kodama

Diretor de Assuntos Jurídicos

Roberta Holder

Diretora de Filiados

Frederico Carlos Janz

Diretor de Comunicação Social

Conselho Fiscal Nacional

Antonio José da Silva, Bruno Fabiano Soares
e Mary Joyce Rocha

Conselho de Ética Nacional

Adriano Almeida, Estevam Henrique Barbosa
e Rogério Honorato

Delegados Sindicais do Distrito Federal

Ágatha Lechner da Silva, Aristides Costa, Corinto Santos,
Carlos Alberto Pio, Dalvina Macedo, Eric Lisboa, Gabriel
Junqueira, Luiz Alberto Vieira Filho, Rafael Perez, Manoel
Messias, Marussia Pires, Zeles de Oliveira Flor

Delegados Sindicais nos Estados

Abelardo Jorge Lessa Lopes - PE, Adelson Vilhena Neves
- AP, Alex Gomes da Silva - AM, Ana Maria Balthar Pinto
Machado - RJ, Armando Gonçalves Mendes de Carvalho -
MA, Antônio Edilberto Araújo Barreto - CE, Celso Duarte
- RR, Edilson Rodrigues Vidal - AC, Elber Stilben de
Souza - MS, Euripedes Rodrigues de Andrade Filho - PI,
Filipe Leão - BA, Ícaro de Almeida Fernandes - MT, Jaci
Fernandes Sobrinho - GO, Jefferson Medeiros dos Santos
- PA, João Colaço dos Santos - MG, José Luiz Pereira de
Lima - RS, Khalil Chaves Cruz - RN, Luciano Guilherme
Turin - PR, Marcos Antonio Ferreira Calixto - AL, Maria
Esmeralda Rodrigues - PB, Mario Célio da Silva - SC,
Reonauto da Silva Souza Júnior - SE, Sergio Takayuki
Takibayashi - SP, Valério Jordão Barbosa - RO, Wander
Francisco Coelho de Freitas - ES

Expediente

Produção: Comunicação Unacon Sindical

Jornalista responsável: Nayara Young (9.397/DF)

Textos: Nayara Young (9.397/DF) e

Juliana Martins (11.120/DF)

Arte e Diagramação: Marcelo Rubartelly

Fotos: Nayara Young e Juliana Martins

Tiragem: 4 mil

SUMÁRIO



4. GESTÃO 2018/2020

Primeiro Trimestre da nova gestão
é marcado por importantes avanços

5. COMBATE À CORRUPÇÃO

Pacote de medidas elaborado
pela Transparência Internacional
contempla lei orgânica da CGU

6. MARKETCLUB

Unacon Sindical lança carteira
nacional de convênios

7. PEC 287/2016

Servidores enterram reforma da
Previdência em ato realizado no
dia 20 de fevereiro

14. AMEAÇA AO SERVIDOR

Reunião no Planejamento reacende
estado de alerta no Serviço Público

16. ADIAMENTO SUSPENSO

Vencimentos dos servidores da carreira
de Finanças e Controle são reajustados

17. DEBATE

Inscrições abertas para a
5ª Conferência Nacional
das Carreiras Típicas de Estado

18. DECISÃO JUDICIAL

Sindicato obtém suspensão da
cobrança do "auxílio-creche"

19. NOTAS



VITÓRIAS EM MEIO A INCERTEZAS MARCAM INÍCIO DE 2018

No dia 2 de janeiro de 2018, tomaram posse no Unacon Sindical os membros da Diretoria Executiva Nacional (DEN), os novos delegados sindicais e os titulares dos Conselhos de Ética e Fiscal, eleitos para o mandato 2018/2020. Na DEN, dos sete integrantes da gestão passada, 3 permanecem, incluindo o presidente Rudinei Marques, auditor da CGU, agora em seu terceiro mandato. Dentre as novidades, pela primeira vez em 30 anos o Tesouro Nacional conta com um servidor liberado para mandato classista em tempo integral no Sindicato, Bráulio Cerqueira, novo secretário executivo.

O momento conturbado pelo qual passa o país continua em 2018. Na economia, o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) registrado em 2017, de 1%, sinaliza que a recessão do período 2014-2016 chega ao fim, mas, por outro lado, indica acomodação da atividade em nível muito baixo após uma das piores recessões da história. Na política, as atenções se voltam para a sucessão de um governo recordista em impopularidade, fragilizado no Legislativo, e cujo chefe ainda se vê enredado em graves denúncias de corrupção. A conjunção de crise econômica, ampliação da pobreza, recrudescimento da violência e descrença nas instituições têm suscitado ameaças ao funcionamento regular da democracia, com ensaios de censura nas universidades, intimidações a servidores públicos e, mais grave, assassinatos de lideranças sociais.

Em meio às incertezas e desafios desse cenário, que inclui, dentre outros ataques ao serviço público, a intenção do governo de rebaixar as remunerações de entrada de todas as carreiras do Executivo, conseguimos duas importantes vitórias: a liminar do STF, expedida em dezembro, suspendendo os efeitos da Medida Provisória 805/2017, o que garantiu o pagamento da terceira parcela do reajuste de Auditores e Técnicos Federais de Finanças e Controle; e o "enterro" simbólico da reforma da Previdência, no dia 20 de fevereiro, após anúncio do próprio governo que não mais contava com base parlamentar para aprovação e que, desde a decretação da intervenção no Rio de Janeiro, não mais poderia alterar a Constituição Federal.

Boas novas também na prestação de serviços aos filiados. Em dezembro, a CGU, em Brasília, inaugurou o "Espaço do Servidor", que contou com o apoio financeiro do Sindicato. Já no mês de março, lançamos nova carteira de convênios, com cobertura nacional e internacional, que oferece acesso a mais de 6 mil lojas físicas e virtuais. Em breve assinaremos termo de cooperação com a STN visando o incremento do apoio às atividades de qualidade de vida no trabalho.

Atenção ao quadro de crise em que se move o país, defesa da carreira de Finanças e Controle e de um Estado eficiente, eficaz e efetivo na realização dos direitos previstos na Constituição de 1988, prestação de serviços aos filiados e permanente aproximação com as bases: são esses os compromissos do Unacon Sindical, expressos nas páginas dessa edição.

Boa leitura!

A Diretoria Executiva Nacional do Unacon Sindical

UNACON
NA MÍDIA



3 de janeiro

IMPRENSA NACIONAL

Estadão, O Globo, Istoé, R7, Congresso em Foco e Valor Econômico, dentre outros, repercutem representação contra Carlos Marun protocolada na Comissão de Ética da PR pelo Fonacate.

10 de janeiro

CORREIO BRAZILIENSE

Em reportagem sobre o decreto que extinguiu cargos vagos, Marques destaca que os servidores "ainda aguardam por ações do Planejamento que contribuam para melhoria do Serviço Público".

17 de janeiro

BLOG DO SERVIDOR

"Os servidores sabem que tem que ser feitas mudanças no sistema de seguridade, mas o governo não está sendo honesto quando apresenta seus números", afirma Marques, em entrevista ao portal.

22 de janeiro

JORNAL EXTRA

Em reportagem sobre o pagamento do reajuste, Marques ressalta que o "governo se superou na ilegalidade ao tentar sustar um acordo firmado em 2015".

29 de janeiro

O DIA

Reunião Ampliada do Fonacate e do Fonasefe é destaque. Em entrevista, Marques informa que, durante o encontro, serão definidas as ações, campanhas e mobilizações contra a PEC 287.

14 de fevereiro

CORREIO BRAZILIENSE

Em entrevista ao jornal Marques defende reforma justa. "Não posso sentar-me à mesa com quem faz uma propaganda agressiva, culpando os servidores pela crise econômica".

16 de fevereiro

FOLHA DIRIGIDA

Em entrevista ao portal, Marques diz que "há pouco empenho do ministro substituído para reforçar o quando de pessoal da CGU".

20 de fevereiro

G1 E CORREIO BRAZILIENSE

Veículos repercutem "enterro da reforma da Previdência", organizado pelo Fonacate em parceria com o Unacon Sindical.

28 de fevereiro

BLOG DO SERVIDOR

Decisão judicial, em favor do Unacon Sindical, ganha destaque no portal. "Servidores com mandato classista não serão mais excluídos da folha de pagamento", informa reportagem.

7 de março

CONGRESSO EM FOCO

Bráulio Cerqueira, secretário-executivo do Unacon Sindical, publica o artigo "Custo da dívida pública é o mais baixo da história e desmente o discurso do terror fiscal".

PRIMEIRO TRIMESTRE DA NOVA GESTÃO É MARCADO POR IMPORTANTES AVANÇOS

Profissionalização dos convênios, novas regras para publicação de trabalhos pelos servidores da STN e fim da limitação do número de servidores em *home-office* na CGU marcam o período

A nova Diretoria Executiva Nacional (DEN) tomou posse no dia 2 de janeiro e, já no primeiro trimestre de trabalho, avançou em importantes pautas previstas no Programa de Gestão 2018/2020. A profissionalização da rede de convênios é um dos compromissos de campanha que já foi cumprido (veja na página 6). Outra pauta em andamento é a assinatura de termo de cooperação com a Secretaria do Tesouro Nacional (STN) visando a promoção da qualidade de vida no trabalho. A proposta foi debatida na reunião com o subsecretário de Assuntos Institucionais, Lísio Camargo, no dia 2 de março.

Rudinei Marques, Bráulio Cerqueira e Arivaldo Sampaio, presidente e diretores do Unacon Sindical, participaram do encontro que também contou com a presença do coordenador-geral e do coordenador de Desenvolvimento Institucional (Codin), Vinícius Neiva e Vladimir Lopes.

As regras de publicação de trabalhos aplicadas aos servidores e o ponto eletrônico também estiveram em pauta. Lísio informou que os servidores não precisarão mais da aprovação da chefia imediata nem do Comitê de Ética para publicar trabalhos que envolvam informações de domínio público. O dirigente avalia como positiva a postura do Tesouro diante do cenário político marcado por intimidações nas

universidades e também no funcionalismo. "As regras ainda em vigor constroem a produção acadêmica e a divulgação de material opinativo. As mudanças indicadas pela administração vão na direção correta", declara Cerqueira.

Já sobre o ponto eletrônico, o subsecretário de Assuntos Institucionais do Tesouro comunicou que a implantação do sistema aguarda posicionamento da secretaria executiva do Ministério da Fazenda.

Na Controladoria-Geral da União (CGU), a ampliação do número de servidores em atividades de teletrabalho foi tratada em reunião com o secretário-executivo, José Marcelo Carvalho, e com o diretor de Gestão Interna (DGI), Sérgio Akutagawa, no dia 22 de fevereiro. Na ocasião, foi apresentada à DEN a nova portaria do Programa de Gestão de Demandas (PGD) que, dentre outras inovações, acaba com a limitação para participação simultânea dos servidores na unidade administrativa. A gestão do quantitativo de pessoal em atividades presenciais e em *home-office* ficará a cargo da chefia direta. A portaria foi publicada no Diário Oficial da União (DOU) no dia 23 de março.

GESTÃO INTERATIVA

As pautas e os eixos de atuação previstos no Programa de Gestão agora fazem parte do Plano Anual de Atividades para 2018 da Diretoria Executiva Nacional (DEN). Após apreciação do Conselho de Delegados Sindicais (CDS), nos dias 19 e 20 de abril, a DEN disponibilizará o documento no site da entidade, para que os filiados possam acompanhar o avanço de cada pauta. ●

CONHEÇA A NOVA DEN



RUDINEI MARQUES
Presidente reeleito*



DANIEL LARA
Vice-presidente



BRÁULIO CERQUEIRA
Secretário Executivo*



ARIVALDO SAMPAIO
Diretor de Finanças



ROBERTO KODAMA
Diretor de Assuntos Jurídicos



ROBERTA HOLDER
Diretora de Filiados



CARLOS JANZ
Diretor de Comunicação Social

(*) com liberação/dedicação exclusiva

PACOTE DE MEDIDAS ELABORADO PELA TRANSPARÊNCIA INTERNACIONAL CONTEMPLA LEI ORGÂNICA DA CGU

PEC 45/2009 também está entre as propostas. Elaborado em parceria com a Fundação Getúlio Vargas, projeto está em fase de consulta pública até o dia 16 de abril

O maior pacote de medidas contra a corrupção já produzido no mundo está em fase de consulta pública até o dia 16 de abril. Elaboradas pela Transparência Internacional (TI) em parceria com a Fundação Getúlio Vargas (FGV), as “Novas Medidas” contemplam a Lei Orgânica da Controladoria-Geral da União (CGU) e a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 45/2009, entre os projetos de lei, propostas de emendas constitucionais e resoluções que pretendem oferecer uma resposta sistêmica para a corrupção no Brasil. Bruno Brandão, diretor da TI, explicou a iniciativa para os dirigentes do Unacon Sindical, em reunião realizada no dia 20 de março.

Desenvolvido por 190 especialistas, o conjunto de propostas partiu de experiências prévias de inúmeras organizações da sociedade civil. É o caso do projeto de Lei Orgânica da CGU, apresentado pelo Unacon Sindical. A proposta foi debatida na Comissão de Legislação Participativa (CLP) da Câmara dos Deputados em 2013 e em 2014, no entanto, a proposta não progrediu.

O mesmo ocorreu com a PEC 45/2009 que define como essenciais à Administração Pública as funções de Ouvidoria, Controladoria, Auditoria Governamental e Correição. Em 2016, articulação parlamentar coordenada pelo Unacon Sindical

conquistou o apoio de diversos senadores. O pedido de prioridade na tramitação do projeto apresentado por Randolfe Rodrigues (REDE-AP) chegou a ser assinado por todos os líderes do Senado Federal, no entanto, a matéria ainda aguarda, até hoje, inclusão da Ordem do Dia.

O Unacon Sindical avaliou como positiva a iniciativa da TI e se comprometeu a analisar e divulgar a consulta pública, disponível na plataforma Wikilegis.

Rudinei Marques, Bráulio Cerqueira, Carlos Janz e Arivaldo Sampaio representaram a Diretoria Executiva Nacional (DEN) na reunião. João Colaço e Celso Duarte, delegados sindicais de Minas Gerais e Roraima, nesta ordem, e os Auditores Federais de Finanças e Controle (AFFC) Marcus Braga e Franklin Brasil também participaram do encontro. ●

Acesse a consulta pública das “Novas Medidas” pelo link <http://novasmedidas.transparenciainternacional.org.br> ou pelo QR-Code abaixo





Já vai tarde

Coordenado pelo Unacon Sindical, “enterro” simbólico da reforma da Previdência foi realizado em frente ao Anexo II da Câmara dos Deputados, no dia 20 de fevereiro

Servidores públicos enterraram a reforma da Previdência no dia 20 de fevereiro. Organizado e coordenado pelo Unacon Sindical, o velório foi realizado em frente do Anexo II da Câmara dos Deputados com a participação especial do “VampiTemer” e do “Arthur Marajá”. Rudinei Marques, Bráulio Cerqueira e Arivaldo Sampaio representaram a Diretoria Executiva Nacional (DEN) no ato, que contou com a participação das afiliadas ao Fórum Nacional das Carreiras de Estado (Fonacate) e ampla cobertura da imprensa. Anjuli Tostes, Auditora Federal de Finanças e Controle (AFFC), também integrou o protesto.



“Já vai tarde”. A frase grafada na coroa de flores colocada ao lado do caixão deu o tom de ironia. “Depois de 14 meses de lutas incansáveis em diversas frentes - técnica, parlamentar, articulação intersindical, mobilização nas bases, nas ruas e nas redes -, vencemos! Está enterrada a reforma da Previdência”, comemorou Marques, presidente do Unacon Sindical. “Parabéns a todos que lutaram tão bravamente e atuaram na elaboração de pesquisas que qualificaram o debate sobre a Previdência. Essa vitória é nossa”, concluiu.

Mas o velório foi apenas um dos inúmeros eventos que culminaram na suspensão da votação da proposta. Recorde, nas páginas seguintes, a trajetória da luta contra a retirada de direitos dos trabalhadores. ●

“A Previdência Social que queremos”

Este foi o tema da audiência pública promovida pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) do Senado Federal, no dia 19 de fevereiro. O evento, realizado horas antes do anúncio da suspensão da tramitação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 287 de 2016, marcou o Dia Nacional de Luta e reforçou a disposição do movimento unificado de trabalhadores do Serviço Público e da iniciativa privada para a luta em defesa da Previdência Social. “Se, por um lado, podemos celebrar que vencemos até aqui, por outro, nós não podemos baixar a guarda, pois sabemos quem está no comando deste país. Temos que aproveitar esse capital de força para lutar em defesa da frágil democracia do Brasil”, destacou Marques, presidente do Unacon Sindical e do Fonacate.

Anjuli Tostes relembrou os sucessivos ataques aos direitos sociais e defendeu a união da classe trabalhadora. A AFFC participou do debate na condição de representante da Intersindical. Acesse o vídeo com o pronunciamento de Marques e Tostes no QR-Code ao lado.



Marcelo Rubartelly

NOTA PÚBLICA

Por meio de nota divulgada no dia 6 de fevereiro, o Unacon Sindical repudiou a declaração do ministro substituto da Controladoria-Geral da União (CGU), Wagner de Campos Rosário, que, em vídeo divulgado na página do Facebook do órgão, manifestou apoio à reforma da Previdência, nos termos da PEC 287/2016. Além de omitir dados relevantes e disseminar informações incorretas, a declaração causou grande mal-estar pela utilização da figura e dos meios de comunicação de um órgão de Estado para defender políticas que são de governo. Acesse a íntegra da nota no QR-Code ao lado.





2016 13 de dezembro

2016

■ 13 de dezembro

Governo envia PEC 287 ao Congresso.

■ 13 de dezembro

Entidades afiliadas ao Fonacate dão início à articulação contra a reforma da Previdência com a criação de quatro comissões: Técnica, Parlamentar; Comunicação e Mobilização. O Unacon Sindical coordena a Comissão de Mobilização e integra a de Comunicação.

■ 16 de dezembro

Por meio de nota pública, afiliadas ao Fonacate cobram que seja promovido "amplo diálogo com todos os segmentos sociais envolvidos" na reforma da Previdência.

■ 20 e 21 de dezembro

Sindicato promove assembleias na CGU e na STN para debater a PEC 287.

2017

■ 11 de janeiro

Federações, Fóruns, Associações e Sindicatos do setor público se reúnem na CLP da Câmara e prometem mobilização intensa contra PEC 287. Mais

Uma semana após o envio da PEC 287 ao Congresso, entidades afiliadas ao Fonacate dão início à articulação contra a reforma da Previdência, com a criação de quatro comissões: Técnica, Parlamentar; Comunicação e Mobilização. O Unacon Sindical coordena a Comissão de Mobilização e integra a de Comunicação.

tarde, o movimento é batizado de "A Previdência é Nossa".

■ 18 de janeiro

Em assembleia, afiliadas ao Fonacate definem cronograma de trabalho das comissões.

■ 19 de janeiro

Movimento "A Previdência é Nossa" ganha força. Em novo encontro na CLP, OAB e CUT declaram apoio à mobilização.

■ 24 de janeiro

DEN integra o "abraço" ao prédio do INSS, no Dia do Aposentado. Ato contra a PEC 287 simboliza a união das classes trabalhadoras em defesa da Previdência.

■ 1º de fevereiro

Sindicato participa de reunião na OAB nacional para debater propostas de emendas à PEC 287.

■ Fonacate lança campanha de rádio para destacar os prejuízos que a aprovação da PEC 287 pode representar aos trabalhadores.

■ 2 de fevereiro

Reunidas na CTASP da Câmara, entidades de classe definem luta contra a PEC 287 como pauta prioritária do funcionalismo público federal em 2017.

■ 9 de fevereiro

"A Previdência é Nossa" promove ato público no Auditório Nereu Ramos, da Câmara. Durante o evento, Marques lê o manifesto que pede a imediata suspensão da tramitação da PEC 287.



2017
14 de março

■ 14 de fevereiro

Fonacate encaminha dez emendas à PEC 287. As propostas – que englobam mudanças nos requisitos de idade mínima, tempo de contribuição, regras de transição, regras de pensão, aposentadoria por invalidez, dentre outros – serão apresentadas pelos deputados federais Roberto Lucena (PV-SP), Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP) e Lincoln Portela (PRB-MG).

■ 16 de fevereiro

Em audiência pública na Comissão Especial da PEC 287, Marques classifica a reforma da Previdência como “desonesta, arbitrária, açodada e desumana”.

■ 23 de fevereiro

A Pública – Central do Servidor protocola denúncia de conflito de interesse contra Marcelo Caetano na Comissão de Ética da Presidência da República. A ação questiona o acúmulo dos cargos de secretário da Previdência e conselheiro da BrasilPrev.

■ Unacon Sindical busca assinaturas para emendas à PEC 287.

■ 14 de março

Deputado Arnaldo Faria de Sá (PTB-

Marques autentica o protocolo das dez emendas do Fonacate à PEC 287. Dessas, cinco foram apresentadas pelo deputado Roberto de Lucena (PV-SP), duas por Lincoln Portela (PRB-MG) e três por Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP).

SP) protocola emenda global substitutiva à PEC 287 elaborada pela OAB com o apoio de diversas entidades – dentre elas o Unacon Sindical.

■ Marques autentica o protocolo das dez emendas do Fonacate à PEC 287. Dessas, cinco foram apresentadas pelo deputado Roberto de Lucena (PV-SP), duas por Lincoln Portela (PRB-MG) e três por Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP).

■ 15 de março

Primeiro ato público unificado contra a reforma da Previdência mobilizou diversas categorias em, pelo menos, 23 capitais. Em Brasília, mobilização reuniu cerca de 10 mil pessoas. O público mais expressivo foi registrado em São Paulo,

onde aproximadamente 100 mil pessoas foram às ruas dizer “não” à PEC 287.

■ 27 de março

Comissão de Ética da Presidência pede afastamento de Marcelo Caetano do conselho da Brasilprev. Colegiado não identifica conflito de interesses, mas reconhece que há riscos.

■ 13 de abril

Em ato público no Nereu Ramos, Marques conclama carreiras para intensificarem a luta. “Na próxima semana sai o relatório, temos que nos rearticular, mobilizar, ir às ruas e reverter esse jogo”, diz.

■ 17 de abril

Entidades afiliadas ao Fonacate lançam campanha de TV contra a PEC 287. Veiculada na Globo News, a peça destaca que o governo tem que adotar medidas firmes contra a corrupção e a sonegação de impostos, ao invés de retirar direitos sociais.

■ 19 de abril

O relator da PEC 287, deputado Arthur Maia (PPS-BA), acata, parcialmente, cinco emendas sugeridas pelo Fonacate.



Manifestantes se reúnem em Belo Horizonte

2017 15 de março

Primeiro ato público unificado mobilizou diversas categorias em todo o país. Em Brasília, a mobilização reuniu cerca de 10 mil pessoas; O público mais expressivo foi registrado em São Paulo, onde mais de 100 mil foram às ruas dizer “não” à PEC 287.

do Arthur Maia (PPS-BA) para tratar do substitutivo à PEC 287. Durante o encontro, Marques reforça a insatisfação dos servidores e pede a abertura do diálogo.

■ “O Globo” divulga a delação dos irmãos Batista, da JBS. Vem à tona a gravação de uma conversa entre Joesley e Temer. Nela, o empresário fala sobre pagamentos para manter o silêncio de Eduardo Cunha e ouve do presidente “Tem que manter isso aí”. O vídeo do então deputado Rodrigo Rocha Loures recebendo R\$ 500 mil em dinheiro vivo dos empresários também é divulgado. É o início de

uma crise política que paralisaria a tramitação da PEC 287.

■ 18 de maio

Revelações impactam mercado financeiro e a bolsa de valores interrompe operações. Diante da crise, Temer faz pronunciamento e afirma que não renunciará.

■ 23 maio

Unacon publica, com apoio do Fonaate, o estudo “Previdência: excluir para crescer ou crescer com inclusão?”, do AFFC Bráulio Cerqueira. O documento, lançado em audiência pública no Senado Federal, critica os fundamentos teóricos da proposta de reforma do governo apresentando alternativas.

■ 25 de maio

Mais de 100 mil trabalhadores de todo o país participam do ato #OcupaBrasília e marcham até o Congresso Nacional contra as reformas trabalhista e da Previdência.

■ 19 de junho

Em audiência pública na CDH do Senado, Marques alerta para os efeitos desastrosos da combinação das reformas

■ CPI da Previdência é instalada no Senado. Paulo Paim (PT-RS) é eleito presidente da comissão. Telmário Mota (PDT-RR) e Hélio José (PMDB-DF) são eleitos vice-presidente e relator, respectivamente.

■ 28 de abril

Greve geral, convocada pelas centrais sindicais contra a perda de direitos sociais, tem ampla adesão dos trabalhadores brasileiros e entra para a história como a maior greve dos últimos 100 anos. Unacon Sindical participa de ato na Esplanada dos Ministérios.

■ 4 de maio

Na CLP da Câmara, entidades anunciam disposição para greve ainda mais intensa. “Não vão nos intimidar. A partir de agora é força e luta para enterrar esse projeto nefasto”, declara Marques.

■ 10 de maio

Comissão Especial conclui votação dos destaques ao relatório da PEC 287. Texto pode seguir para votação no plenário da Câmara.

■ 17 de maio

Entidades se reúnem com o deputa-



2017
28 de abril

Greve geral, convocada contra a perda de direitos sociais, tem ampla adesão dos trabalhadores brasileiros e entra para a história como a maior greve dos últimos 100 anos.

trabalhista e previdenciária. "Teremos o caos", avalia.

■ 26 de junho

Com base na deleção dos irmãos Batista, Rodrigo Janot envia ao Supremo Tribunal Federal denúncia por corrupção contra o presidente da República. Assim, Temer se torna o primeiro presidente da história a ser acusado criminalmente no exercício do mandato.

■ 2 de agosto

Após tramitar em comissão especial, a denúncia contra Michel Temer é votada no plenário da Câmara, e os deputados negam autorização para o prosseguimento da denúncia.

■ 7 de agosto

Unacon participa de audiência na CDH do Senado para debater a reforma. No encontro, Marques aponta "que a má gestão, as fraudes e os desvios foram responsáveis pelo desequilíbrio nas contas da Previdência".

■ 5 de setembro

Fonacate lança nova campanha de

TV, com o tema "Destruir o Serviço Público é atacar o cidadão". Peça é veiculada na Globo News e divulgada nas redes sociais.

■ 14 de setembro

Janot encaminha ao STF nova denúncia contra Temer. Desta vez, o presidente é acusado de obstrução da Justiça e organização criminosa.

■ 23 de outubro

Relatório final da CPI da Previdência aponta "má gestão" e conclui que não há déficit nas contas. Parecer também destaca inconsistência nos dados e nas informações anunciadas pelo governo.

25 de outubro

Pela segunda vez, plenário da Câmara

ra barra o prosseguimento da denúncia contra Temer apresentada pela Procuradoria-Geral da República.

■ 28 de novembro

Mais de 2 mil pessoas participam da segunda edição do #OcupaBrasília em frente do anexo II da Câmara dos Deputados. Diretoria Executiva Nacional integra a mobilização.

■ 29 de novembro

Unacon participa de reunião com o presidente da Câmara, Rodrigo Maia. Dirigentes sindicais solicitam a suspensão imediata da tramitação da PEC 287. "É preciso debater essa reforma com a sociedade", defendem.

■ 5 de dezembro

Entidades promovem ato público em frente ao edifício do INSS para marcar um ano de luta contra a PEC 287 e anunciar que o enfrentamento continua.

■ 6 de dezembro

Com a sinalização de que o governo pretende colocar a PEC 287 em votação, entidades reforçam ações contra a reforma.



2017 14 de dezembro

Presidente da Câmara admite que o governo não tem votos suficientes e adia votação do projeto para fevereiro de 2018. Em ato no Salão Verde, Unacon e entidades representativas das Carreiras de Estado comemoram.

ilegalidade e imoralidade da tentativa do secretário de Governo de coagir governadores e parlamentares, com a possível retenção de recursos da Caixa, a apoiar a reforma da Previdência e pede a aplicação das sanções cabíveis.

18 de janeiro
Fonacate e Fonasefe definem articulação conjunta para impedir a votação da PEC 287. Além de estabelecer os parâmetros do "memorial da Previdência", entidades avaliam a convocação de greve geral no dia 19 de fevereiro.

6 de fevereiro
O Unacon Sindical publica nota de repúdio à declaração do ministro substituto

da CGU, Wagner de Campos Rosário, que, em vídeo divulgado na página do Facebook do órgão, manifestou apoio à reforma da Previdência, nos termos da PEC 287.

16 de fevereiro
Governo decreta intervenção federal na segurança do Rio de Janeiro.

19 de fevereiro
Afiadas ao Fonacate lançam nova campanha de mídia, na Globo News. Vídeo questiona a falta de legitimidade do governo para aprovar mudanças que afetam todos os trabalhadores brasileiros.

Carlos Marun anuncia oficialmente a suspensão da tramitação da PEC 287. Intervenção federal na segurança pública no estado do Rio de Janeiro impede o Congresso de aprovar emendas constitucionais, como a PEC 287.

20 de fevereiro
Servidores promovem o "enterro" da reforma. Após velarem o caixão em frente ao anexo II da Câmara dos Deputados, manifestantes seguem em passeata até a Alameda das Bandeiras.

13 de dezembro
Marques compõe mesa de debates na CTASP da Câmara e anuncia que as afiliadas ao Fonacate irão criar e manter em seus sites, até o fim das Eleições de 2018, um memorial para informar à população como "cada parlamentar votou a PEC 287".

14 de dezembro
Presidente da Câmara admite que o governo não tem votos suficientes e adia votação do projeto para fevereiro de 2018. Em ato no Salão Verde, Unacon e entidades representativas das Carreiras de Estado comemoram.

20 de dezembro
Após derrota, governo cogita abertura de diálogo com o Fonacate. Em reunião com deputado Rogério Rosso (PSD-DF), Marques relembra que as tentativas de conversa vêm sendo ignoradas pelo governo.

2018

3 de janeiro
Fonacate protocola denúncia contra Carlos Marun na Comissão de Ética da Presidência da República. Ação ressalta

CENÁRIO INCERTO

Reunião no
Planejamento
reacende estado
de alerta no
Serviço Público



Segundo o secretário de Gestão de Pessoas, nem 20% das demandas de concurso público de 2018 serão atendidas. Proposta que rebaixa as tabelas também está entre as pautas preocupantes

O Fórum Nacional das Carreiras de Estado (Fonacate) e o Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais (Fonasefe) retomaram o diálogo com o governo. No entanto, a reunião realizada no dia 2 de março, com o secretário de Gestão de Pessoas do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (SGP), Augusto Chiba, terminou sem muito entusiasmo. O cenário incerto preocupa os dirigentes sindicais e reacende estado de alerta com o futuro do funcionalismo. Rudinei Marques e Bráulio Cerqueira representaram a Diretoria Executiva Nacional (DEN) do Unacon Sindical no encontro.

Segundo Chiba, nem 20% das demandas de concurso público serão atendidas. "O recurso que a Secretaria de Orçamento Federal apresentou é muito baixo para atender às demandas esperadas para 2018", explicou.

A proposta que rebaixa todas as tabelas salariais das carreiras do Executivo também está entre as pautas preocupantes. Chiba alega que o projeto irá ajudar na retenção dos quadros. Segundo ele, a possibilidade de atingir o último nível da progressão em pouco tempo "desestimula o servidor".

"Na verdade, o projeto vai piorar essa situação. Se tivéssemos sido convidados para conversar, teríamos apresentado argumentos que mudariam essa visão. Se for aprovada do jeito que foi concebida, essa proposta representará um retrocesso de mais de 10 anos", contestou Marques, na condição de presidente do Fonaca-

te. "Não tenho dúvida nenhuma de que iremos derrotar esse projeto", concluiu.

A proposta, que já está na Casa Civil, aumenta a tabela de progressão para 30 níveis – 17 níveis abaixo do A1 atual, para quem tem 13 níveis – e estabelece a remuneração inicial dos cargos de menor e maior complexidade em torno de R\$2.800,00 e R\$ 5.550,00, respectivamente. As mudanças só irão afetar os novos ingressos no Serviço Público.

CUMPRIMENTO INTEGRAL

Também houve espaço para a cobrança do cumprimento integral dos acordos assinados em 2015. "Há uma percepção distorcida de que os acordos são feitos com o governo. Nós fizemos um acordo com o Estado. Independente de governo, esses acordos devem ser cumpridos", defendeu Marques.

MESA SETORIAL

No dia 21 de março, a DEN voltou a se reunir com a SGP. Desta vez, para tratar pautas específicas da carreira de Finanças e Controle e complementares às apresentadas no dia 2. A urgência de realização de concurso para o cargo de TFFC foi enfatizada por Daniel Lara, vice-presidente do Sindicato. "Embora exista uma limitação de gastos imposta pela Emenda Constitucional 95, o risco de extinção do cargo de TFFC é real, e o concurso deve ser tratado como prioridade", disse. Outros temas como a abrangência do adicional de fronteira também foram tratados no encontro. ●

Accesse a íntegra da matéria sobre a reunião do dia 21 de março no QR-Code ao lado



VENCIMENTOS DOS SERVIDORES DA CARREIRA DE FINANÇAS E CONTROLE SÃO REAJUSTADOS

Decisão liminar do ministro Ricardo Lewandowski, do STF, garantiu o pagamento da terceira parcela do reajuste salarial. O índice de 6,65% já foi creditado na folha referente ao mês de janeiro

Os vencimentos dos Auditores e Técnicos Federais de Finanças e Controle foram reajustados em 6,65% na folha referente a janeiro, conforme o previsto na Lei 13.327, decorrente da negociação salarial de 2015. Para garantir o pagamento do reajuste, o Unacon ingressou, em dezembro, com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIn) contra a Medida Provisória (MP) 805/2017. No mesmo mês, o ministro Ricardo Lewandowski, do Supremo Tribunal Federal (STF), concedeu liminar favorável à ação impetrada pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) e suspendeu os efeitos da MP. Agora, a decisão liminar será analisada, em caráter definitivo, pelo pleno do STF.

Além de manter o pagamento da terceira parcela do reajuste, a decisão também impediu o aumento da contribuição previdenciária do funcionalismo público (CPSS) de 11% para 14%, conforme previsto na MP 805/2017.

A ADIn do PSOL foi encaminhada para votação no plenário do STF no dia 13 de fevereiro. O colegiado decidirá se mantém ou não a decisão do ministro Lewandowski. Além dos argumentos apresentados inicialmente, os ministros

também apreciarão as alegações das entidades afiliadas ao Fórum Nacional de Carreiras de Estado (Fonacate) que ingressaram na ação como *amicus curiae*.

Para Rudinei Marques, o prazo de validade da MP e o cenário político serão fatores desfavoráveis para o governo. "Esta MP só vale até abril. Em relação ao aumento da CPSS, nós temos ainda a noventena, que são os 90 dias que a instituição de novos tributos deve esperar para valer. Com o avançar dos meses, ninguém vai querer aumentar os tributos de todos esses servidores perto das eleições", avalia.

Entre os juristas, não há consenso sobre a constitucionalidade de suspender o reajuste, visto que o pagamento já está em vigor. O próprio ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, admitiu a impossibilidade de retomar os efeitos da MP 805/2017, após o pagamento da parcela de janeiro. "A Constituição veda o corte de salários", disse em entrevista ao G1, no dia 19 de dezembro.

A ADIn aguarda a inclusão, pela presidente da Corte, ministra Cármen Lúcia, na pauta de julgamento do Supremo. ●

REBAIXAMENTO DAS TABELAS

O próximo ataque do governo ao Serviço Público já está sendo gestado no âmbito da Casa Civil. Trata-se de um projeto que prevê o rebaixamento das tabelas salariais das carreiras do Executivo Federal e aumenta os níveis para progressão funcional de 13 para 30. A ideia do governo é fixar a remuneração inicial dos cargos de nível médio em R\$ 2,8 mil e em R\$ 5 mil para cargos de nível superior. Para o Sindicato, a combinação dos dois fatores criará um esvaziamento significativo nos próximos concursos públicos e comprometerá a capacidade da carreira de Finanças e Controle de reter profissionais qualificados. Por isso, a entidade já estuda estratégias para barrar a proposta. O tema foi tratado na reunião com a SGP do Planejamento no dia 2 de março, confira nas páginas 14 e 15 dessa publicação.



**INSCRIÇÕES
ABERTAS**



FONACATE

Fórum Nacional Permanente
de Carreiras Típicas de Estado

5ª Conferência Nacional das Carreiras Típicas de Estado

As Carreiras Típicas de Estado e o Futuro da Democracia no Brasil

As inscrições para a 5ª Conferência Nacional das Carreiras Típicas de Estado podem ser realizadas até o dia 10 de abril. O evento, promovido pelo Fórum das Carreiras de Estado (Fonacate), será realizado nos dias 17 e 18 de abril, em Brasília, no auditório da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio (CNTC), próximo ao Parque da Cidade, com a temática "As Carreiras Típicas de Estado e o Futuro da Democracia no Brasil".

Representantes das carreiras de Estado, integrantes da Administração Pública, servidores públicos federais, estaduais, distritais e municipais, especialistas e estudiosos da área, e a sociedade civil organizada são o

público-alvo do evento, que já reuniu cerca de 400 representantes em edições anteriores.

A Conferência tem como foco o debate sobre Serviço Público e Democracia. Os principais painéis vão abordar o futuro da Administração Pública; Gestão de Pessoas no Serviço Público; Perspectivas para a Seguridade Social no Brasil e Regulação das Carreiras de Estado na Constituição Federal.

As inscrições são gratuitas. Podem participar servidores públicos de todos os órgãos, acadêmicos e a sociedade. Ao final do evento, serão entregues certificados de participação.

Acesse o QR-Code para se inscrever na 5ª Conferência Nacional das Carreiras Típicas de Estado ●



Funpresp

SINDICATO PROMOVE PALESTRA SOBRE A MIGRAÇÃO PARA PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

Fernando Maranhão esclareceu dúvidas sobre cálculo para projeção da renda líquida, riscos e perspectivas futuras

Termina no dia 29 de julho o prazo para os servidores que ingressaram no Serviço Público antes de 4 de fevereiro de 2013 migrarem para o Regime de Previdência Complementar (RPC). Para esclarecer dúvidas sobre vantagens ou desvantagens de migrar e de aderir ao Fundo de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Executivo (Funpresp), o Unacon Sindical promoveu palestra na Controladoria-Geral da União (CGU), no dia 1º de fevereiro, e na Secretaria

do Tesouro Nacional (STN), no dia 28 do mesmo mês.

O palestrante Fernando Maranhão, especialista em Planejamento e Orçamento Público, iniciou a apresentação falando do momento de incerteza sobre o futuro do Regime Próprio com vista às mudanças previstas na Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 287/2016, que está com a tramitação suspensa. Ele destacou que, para avaliar se é vantajoso migrar, além da comparação de projeções de renda líquida, é preciso estar

atento às regras de pensão por morte, riscos e perspectivas futuras.

Para calcular, se, em cada caso, a adesão à Previdência Complementar trará benefícios para o servidor, Fernando elaborou uma planilha. O documento está disponível no site do Sindicato. No portal também é possível relembrar as perguntas encaminhadas pelos Auditores e Técnicos Federais de Finanças e Controle. ●

Acesse a planilha de cálculo disponibilizada pelo palestrante no QR-Code ao lado



SINDICATO OBTÉM SUSPENSÃO DA COBRANÇA DO “AUXÍLIO-CRECHE”



Marcelo Rubartelly

Juiz Federal Marcelo Rebello Pinheiro, da 16ª Vara, concedeu pedido de tutela provisória de urgência e cessou os descontos nas folhas de pagamento de todos os filiados beneficiados

Os filiados ao Unacon Sindical que recebem “auxílio-creche” não terão mais uma cota-parte descontada na folha de pagamento. A decisão é do juiz Federal Marcelo Rebello Pinheiro, da 16ª Vara, que, em decisão favorável ao pedido de antecipação de tutela do Sindicato, entendeu que a cobrança é ilegal e suspendeu os descontos imediatamente. A decisão já foi encaminhada ao Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão e está em vigor desde o dia 29 de janeiro. “Defiro o pedido de tutela provisória de urgência para determinar que a

União cesse imediatamente os descontos procedidos nas folhas de pagamento de todos os filiados que percebam a rubrica “auxílio-creche” ou “auxílio pré-escolar”, tendo em vista a ilegalidade de quota-parte colaborativa pelos servidores, instituída pelo Decreto nº 977/93”, reza trecho da decisão. ●



Acesse a íntegra do documento no QR-Code ao lado

Mandato Classista

NA JUSTIÇA, UNACON SINDICAL GARANTE RETORNO DOS DIRIGENTES PARA A FOLHA DA UNIÃO

Decisão da juíza federal Diana Wanderlei, da 5ª Vara, valerá para servidores na mesma situação em todo o país

O Sindicato Nacional dos Auditores e Técnicos Federais de Finanças e Controle (Unacon Sindical) derrubou, na Justiça, um ofício administrativo do Ministério do Planejamento que criava mais burocracia no pagamento dos salários de funcionários públicos liberados para exercer atividade sindical. A decisão da juíza federal Diana Wanderlei, da 5ª Vara, valerá para servidores na mesma situação em todo o país.

O ofício 605/2016 criou uma confusão e desarrumou a convivência já pacificada com a União, ao discriminar os sindicalistas. “O pagamento era feito e a entidade sindical ressarcia a União. Mas a Secretaria e Gestão de Pessoas (SGP) resolveu interpretar a lei de forma diferente e prejudicou o servidor. Fora da folha, ele fica sem contracheque, sem contagem de tempo de serviço para a aposentadoria – a menos que guarde todas as guias para comprovar depois – e até sem con-

dições de comprovar a remuneração, em caso de precisar fazer um empréstimo”, declarou Rudinei Marques, presidente do Unacon Sindical.

Na sentença, a juíza cita que a medida tornava inviável o exercício do direito à livre associação sindical. “Em relação ao ofício circular nº 605/15, tenho que a medida administrativa, embora possa estar fundamentada na necessidade de aprimoramento, automação e revisão dos atos normativos vigentes, está inviabilizando o exercício pleno do direito constitucional de livre associação sindical, na medida em que impõe severas restrições ao automático recolhimento da contribuição previdenciária do licenciado, e o respectivo computo do período de licença para finda de tempo de serviço e de contribuição”. ●



Acesse a íntegra da decisão do QR-Code ao lado



Qualidade de vida

Incentivo extra para quem já é atleta ou está pensando em começar a correr. O Unacon Sindical irá pagar a inscrição de filiados que participaram da corrida de Outono, etapa Brasília, do Circuito das Estações, realizada no dia 25 de março. Para solicitar o reembolso, é preciso estar em dia com a contribuição sindical e comprovar a participação na prova. O ressarcimento será somente para o "Kit Estações". A Diretoria Executiva Nacional (DEN) estuda a possibilidade de estender a promoção para as demais etapas do Circuito das Estações. "Antes, iremos analisar a repercussão da etapa de outono", explica Arivaldo Sampaio, diretor de finanças do Sindicato.

Unacon informa

Com o objetivo de aumentar a interação e melhorar a comunicação com os filiados, o Sindicato criou o disparo de notícias via WhatsApp, Unacon Informa. Para ativar o serviço, basta adicionar o número (61) 99170-2950 na sua agenda de contatos e mandar uma mensagem com seu nome e sobrenome. O envio de informações será realizado por meio de "lista de transmissão". Isso significa que os filiados serão notificados apenas pela equipe de comunicação do Sindicato.



Declaração IR 2018

PRECATÓRIOS - Os valores recebidos por meio de precatórios ou requisições de pequeno valor (RPV) devem ser declarados no Imposto de Renda. O valor a ser informado deve ser o mesmo do extrato emitido pela instituição bancária que realizou o pagamento. O Torreão Braz Advogados lembra que o número de meses a que se refere o passivo deve ser declarado na ficha de RRA. Para servidores que tiverem saído da carreira entre "janeiro de 1995/ fevereiro de 2000" (ação dos 3,17%) e "janeiro de 1993/ junho de 1998" (ação dos 28,86%), a informação do número de meses será proporcional à permanência no posto. A declaração dos valores descontados a título de honorários advocatícios deverá ser desconsiderada, com exceção daqueles servidores que efetuaram o depósito diretamente na conta do escritório. Mais informações com Francisca (2107-5018). Código de área 61.

ASSEFAZ - A declaração de pagamento das mensalidades da Assefaz para o Imposto de Renda já está disponível no portal do beneficiário. Para acessar, é preciso efetuar *login* na área restrita com o CPF e senha do beneficiário. Quem ainda não é cadastrado, deve escolher a opção "cadastro" e informar os dados requisitados. Em caso de erro ou dúvida, contate o SAC pelo telefone 0800 703 4545, opção 1.



COMPROVANTE DE RENDIMENTOS CGU

Neste ano, os servidores vinculados à Controladoria-Geral da União (CGU) deverão emitir, no mínimo, dois comprovantes de rendimentos para a declaração do Imposto de Renda. Isso ocorre em virtude da mudança de nomenclatura e, consequentemente, do CNPJ do órgão, que passou a ser denominado Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União, em fevereiro de 2017. Portanto, os servidores devem emitir um comprovante de rendimentos com o antigo CNPJ e outro com o atual. Os documentos já estão disponíveis nos sistemas Sigepe Web e Sigepe Mobile.

CDS 1º/2018

A primeira reunião de 2018 do Conselho de Delegados Sindicais (CDS) será realizada entre os dias 18 e 20 de abril, em Brasília, no Cullinan Hplus Premium (SHN Quadra 4, Bloco E, Asa Norte). Eleição do novo presidente do CDS e Assembleia-Geral Ordinária (AGO) para apreciação das contas da Unacon e do Unacon Sindical estão na pauta do encontro. A AGO será realizada no dia 19 de abril, com primeira chamada às 17h30, e segunda às 18h. A convocação da AGO foi publicada no Diário Oficial da União (DOU) no 15 de fevereiro. Parecer do Conselho Fiscal Nacional (CFN) e resposta da Diretoria Executiva Nacional (DEN) estão disponíveis para filiados. Para acessar, é preciso entrar com login e senha na área restrita do site do Sindicato.

Golpe virtual

Cuidado dobrado. A Secretaria de Gestão de Pessoas do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (SGP) alerta para email falso de atualização do cadastro no Sigepe. A mensagem direciona o usuário para o link <https://ssoplanejamentogov.com.br/>, e pede a inclusão de usuário (CPF), senha de acesso, endereço e senha do e-mail de cadastro. Os servidores e pensionistas que receberem essa mensagem devem apagá-la imediatamente. A SGP informa que não solicita atualização de dados cadastrais via e-mail. "Trata-se de um *malware* que tem como objetivo coletar informações pessoais para uso indevido", explica nota da Secretaria. Quaisquer dúvidas entre em contato com a Unidade de Gestão de Pessoas do seu órgão ou com a central de atendimento Sipep, no 0800 978 9009.





5ª Conferência Nacional das Carreiras Típicas de Estado

As Carreiras Típicas de Estado e o Futuro da Democracia no Brasil

17 E 18 DE ABRIL 2018

Auditório da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio (CNTC)
AV. W5 Sul - SGAS 902, Bloco C - Brasília/DF

PROGRAMAÇÃO

Dia 17 - terça-feira

- 16h30 - CREDENCIAMENTO
- 18h30 - SOLENIDADE ABERTURA
- 19h00 - PAINEL: Serviço Público e o futuro da democracia no Brasil
- 20h30 - COQUETEL DE CONFRATERNIZAÇÃO

Dia 18 - quarta-feira

- 9h00 - PAINEL – Serviço Público e Democracia
- 10h30 - PAINEL – Carreiras de Estado e Constituição
- 12h00 - ALMOÇO (oferecido pelo Fonacate)
- 14h00 - PAINEL – O futuro da Administração Pública
- 15h00 - PAINEL – Gestão de Pessoas no Serviço Público
- 16h00 - Coffee Break
- 16h20 - PAINEL – Perspectivas para a Seguridade Social no Brasil
- 17h40 - Conclusões dos Debates – Carta de Brasília
- 18h00 - ENCERRAMENTO (Entrega de certificados)

INSCRIÇÕES: www.fonacate.org.br

ENTIDADES AFILIADAS



Acompanhe nas redes: @Fonacate /fonacate